

## Repensando a descrição de acervos museológicos e documentos associados no Museu do Instituto Histórico e Geográfico do Pará

### Rethinking the descriptive treatment of information from museum collections and associated documents at the Museum of the Historical and Geographical Institute of Pará

Mateus da Silva Reis<sup>1</sup>  
Roberto Lopes dos Santos Junior<sup>2</sup>

DOI 10.26512/museologia.v11iEspecial.38910

#### Resumo

Objetiva repensar o tratamento informacional no Museu do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, a partir da reformulação do instrumento de descrição dos objetos museológicos no ambiente virtual Tainacan. O questionamento está voltado à presença de fragilidades nos processos de organização e representação da informação da ficha catalográfica, na qual foi observada, em investigações anteriores, a ausência de metadados que associassem documentos arquivísticos junto aos objetos do Museu. Trata-se de uma pesquisa descritiva e experimental, utilizando como abordagem a observação direta. Como resultado, notou-se com a construção do instrumento de descrição que o tratamento informacional do Museu atingiu níveis satisfatórios, otimizando demais processos, possibilitando a criação de pontos de acesso para usuários e aperfeiçoando o tratamento temático, a partir da inclusão de metadados para descritores temáticos.

#### Palavras-chave

Tratamento Informacional; Objetos Museológicos; Descrição; Tainacan; Museu do Instituto Histórico e Geográfico do Pará.

#### Abstract

It aims to rethink the informational treatment in the Museum of the Historical and Geographic Institute of Pará, from the reformulation of the description instrument of the museum objects in the virtual environment Tainacan. The questioning is focused on the presence of weaknesses in the processes of organization and representation of the information in the catalog file, in which it was observed, in previous investigations, the absence of metadata that associated archival documents with the objects of the Museum. This is a descriptive and experimental research, using direct observation as an approach. As a result, it was noted with the construction of the description instrument that the informational treatment of the Museum reached satisfactory levels, optimizing other processes, enabling the creation of access points for users and improving the thematic treatment, from the inclusion of metadata for thematic descriptors.

#### Keywords

Information Treatment; Museum Objects; Descriptive Treatment of Information; Tainacan; Museum of the Historical and Geographical Institute of Pará.

<sup>1</sup> Bacharel em Museologia (UFPA), Mestre em Ciência da Informação (UFPA) e Doutorando em Ciência da Informação (UNESP).

<sup>2</sup> Doutor em Ciência da Informação pelo convênio IBICT / UFRJ. Professor da Pós-Graduação em Ciência da Informação na Universidade Federal do Pará.

## Introdução

O Tratamento da Informação procura investigar as dimensões de forma e conteúdo, partindo de operações descritivas e temáticas, com intuito de sistematizar e representar informações ligadas ao documento. Para Dias (2001), o tratamento informacional não é realizado de modo autônomo, dependendo de diferentes códigos e terminologias, tais como as linguagens de indexação. O autor afirma que o tratamento da informação pode variar de acordo com o nível de detalhamento solicitado por um sistema ou instrumento de pesquisa. Na esfera museológica, o tratamento dos objetos museológicos na perspectiva da gestão e fluxo de informações volta-se às abordagens da documentação em museus. Conforme Ceravolo e Tálamo (2000), a documentação em museus divide-se em duas abordagens, os Sistemas de Documentação em Museus (SDM) e os Sistemas de Informação Documentária de Museus (SIDM). A primeira categoria refere-se a uma abordagem mais administrativa, preocupada com o registro da entrada do objeto no museu e as formas de doação. Na segunda categoria, o SIDM adota uma abordagem de tratamento documental. Neste sistema, adotam-se as práticas de classificação, descrição e indexação, os processos da análise documentária e demais processos da Organização e Representação do Conhecimento e da Informação. Como instrumento de pesquisa, destaca-se a ficha catalográfica, na qual permite não só o processo de descrição do conteúdo do documento de museu, mas também contém o resultado do processo descritivo registrado na própria ficha.

Na esfera museológica, a descrição é induzida pela ficha catalográfica e integra o processo de Organização e Representação do Conhecimento. A ficha catalográfica reúne a descrição física do documento de museu, além das características históricas, iconográficas e estilísticas. O tratamento descritivo é componente do processo de catalogação e segue padrões e normas que podem ser estabelecidas por um órgão internacional ou pelo próprio museu (YASSUDA, 2009). No cenário brasileiro, os espaços museológicos ainda seguem padrões de descrição estabelecidos pelos próprios espaços museológicos ou por literaturas especializadas no assunto, diferente de outros campos científicos, como a Biblioteconomia e a Arquivologia, que utilizam normas internacionais para o tratamento descritivo. Entretanto, a utilização de padrões formulados pelos próprios museus não confirma a inexistência de uma norma internacional estabelecida. Ressalta-se a Declaração de Princípios de Documentação em Museus e Diretrizes Internacionais de Informação sobre Objetos de Museus, lançada pelo Comitê Internacional de Documentação (CIDOC) do Conselho Internacional de Museus (ICOM), que define padrões descritivos a serem realizados dentro dos espaços museológicos.

O Museu do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (MIHGP), localizado no Centro Histórico de Belém, no bairro da Cidade Velha, possui um acervo que envolve diferentes tipologias de objetos, como indumentárias, armarias, artes visuais, etc. Com inauguração datada junto à instalação do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP), no Solar Barão do Guajará, em 1917, o acervo do MIHGP foi formado por doação de diferentes indivíduos, desde a elite dos séculos XIX e XX, especificamente os barões do café, até os atuais membros da instituição. Por conter objetos provenientes de diferentes décadas e de diversos doadores, o acervo contém características históricas, estilísticas e iconográficas divergentes.

Para o registro do acervo, o Projeto de Documentação do MIHGP desenvolveu um instrumento de pesquisa que pudesse descrever os elementos intrínsecos e extrínsecos dos objetos. Nesse sentido, foi desenvolvida uma ficha catalográfica, baseada no modelo e padrões estabelecidos por Cândido (2006), contendo 38 metadados que englobam elementos referentes às formas de doação do objeto, as técnicas, dados históricos, conservação do objeto, publicações referentes ao objeto, termos, etc. Com a criação do instrumento, foi possível realizar uma descrição objetiva dos objetos museológicos, além de contribuir para a organização das informações do acervo e classificar as diferentes peças do MIGP.

A ficha catalográfica foi aplicada primeiramente ao acervo de pinturas do museu, abrangendo posteriormente o acervo de medalhas. Foi observado inicialmente que o instrumento funcionava de forma estável no processo de registro, mas continha campos de descrição ociosos quando aplicados em acervos diferentes, ou seja, alguns campos permaneciam vazios na descrição de pinturas, mas eram preenchidos quando a descrição era realizada, por exemplo, em uma medalha. No decorrer do segundo semestre de 2017, a ficha catalográfica foi posta em avaliação na proposta no trabalho de conclusão de curso “Museu e Informação: Uma Proposta de Avaliação da Ficha de Catalogação do Museu do Instituto Histórico e Geográfico do Pará”, no qual reuniu opiniões de profissionais e pesquisadores da esfera museológica acerca do instrumento. Como resultados, foi observado que a ficha catalográfica continha alguns problemas referentes à sua estrutura, onde os avaliadores apontaram a localização confusa de alguns campos de descrição. Foram apontados campos desnecessários, áreas pouco exploradas dentro da ficha, e alguns campos que possivelmente causariam confusão no responsável pelo processo de descrição do objeto. Por mais que houvessem fragilidades referentes à estrutura da ficha catalográfica, os avaliadores apontaram que o instrumento obtinha relativo êxito no processo de descrição do acervo do museu.

O presente estudo objetiva repensar o tratamento informacional no Museu do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, a partir da reformulação do instrumento de descrição dos objetos museológicos no ambiente virtual Tainacan. O questionamento está voltado à presença de fragilidades nos processos de organização e representação da informação da ficha catalográfica, na qual foi observada, em investigações anteriores, a ausência de metadados que associassem documentos arquivísticos junto aos objetos do Museu. Busca-se também abordar o núcleo teórico referente às noções de documento e de tratamento informacional nos contextos da Arquivologia e Museologia, delimitando pontos de convergência que possam contribuir para a discussão. Trata-se de uma pesquisa descritiva e experimental, utilizando como abordagem a observação direta. Os procedimentos metodológicos abarcaram a observação da ficha catalográfica, delineando potencialidades e fragilidades; a reestruturação do instrumento de descrição no ambiente virtual Tainacan, utilizando diretrizes de tratamento informacional como a Declaração de Princípios de Documentação em Museus e Diretrizes Internacionais de Informação sobre Objetos de Museus e a Norma Brasileira de Descrição Arquivística; a testagem em um item do museu, ressaltando as diferenças de níveis de descrição entre o instrumento anterior e o atual.

## Noções de documento e tratamento descritivo nos contextos arquivísticos e museológicos

O tópico em questão procura abordar as perspectivas de documento nos âmbitos da Arquivologia e Museologia, identificando possíveis pontos de convergência entre as áreas no que tange ao tratamento descritivo dos acervos. Buscou-se adotar majoritariamente a visão arquivística com intuito de delinear normas e conceitos que possam e contribuir para a construção da estrutura metodológica a seguir; a fim de mesclar os principais pontos relacionais da Arquivologia nos instrumentos de pesquisa da documentação em museus.

Os documentos arquivísticos são definidos a partir de seu caráter comprobatório, assim como suas relações e repercussões. Segundo Negreiros e Dias (2008: 05), diferente do documento biblioteconômico, o documento arquivístico foca sua análise “no ato e fato de suas repercussões administrativas, fiscais e legais”. Nesse sentido, Santos (2012) define os princípios ou características definidoras do documento arquivístico tradicional como: Fixidez, Organicidade, Naturalidade, Unicidade, Autenticidade e Imparcialidade.

O documento arquivístico também permeia o espaço eletrônico, abrindo margem para discussões a respeito sua legitimidade no ambiente eletrônico/digital. Em relação a estas discussões, é apontado que este formato documental só será considerado arquivístico se conter os mesmos princípios dos documentos tradicionais (NEGREIRO; DIAS, 2008).

Na Museologia, a definição de documento liga-se às noções da esfera da Documentação, na qual é apontado, por Otlet (1934), que o documento ultrapassa a ideia de livros e apontado como qualquer unidade documental, como o objeto de museu (TANUS; RENAU; ARAÚJO, 2012). O objeto/documento de museu só possui valor, ou só chega ao status de documento, se for musealizado, onde é transformado em objeto/documento de museu e passa a conter o valor museal. Stránský (1995) aponta que o processo de musealização ocorre para além dos espaços museológicos. Entende-se que esta formatação de documento contém formas convencionais ou não convencionais, todavia, o foco é o conteúdo, que corresponde à relação do indivíduo x objeto. Mensch (1989) aponta que as matrizes que definem o objeto/documento dividem-se em: propriedades físicas, ligadas à materialidade, técnica e morfologia; função e significado; e história do objeto.

Em ambas as esferas, o documento é tratado como item de representação de determinado contexto, dotado de questões sociais e valores patrimoniais e configurados em bens culturais. Para Chagas (1994), nesta relação entre interfaces, “o importante é compreender que uma coisa ou objeto só se transforma em bem cultural quando alguém (indivíduo ou coletividade) diz e o valoriza de um modo diferenciado. É preciso dizer para que o bem cultural se constitua como tal” (CHAGAS, 1994: 36-37). Nesse sentido, a partir do auto reconhecimento do documento para determinado grupo, é posto em evidência demais conceitos, como a preservação, comunicação e investigação, que complementam o entendimento das relações entre informação, patrimônio e memória.

No que tange os processos de tratamento, organização e representação informacional dos documentos arquivísticos, as práticas representadas pela gestão de documentos focam em medidas que buscam identificar, classificar e preservar as propriedades funcionais, temáticas e físicas desses conjuntos docu-

mentais. No Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005), a gestão de documentos consiste em um conjunto de procedimentos e métodos referentes à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos em fase corrente e intermediária, visando sua eliminação ou recolhimento para a fase permanente. Para Medeiros e Amaral (2010), a gestão de documentos é um processo que visa intervir no ciclo de vida dos documentos, buscando a redução precisa da massa documental a um nível manipulável. Bernardes e Delatorre (2008) complementam que a gestão de documentos recorre à pesquisa da produção documental e de seu organismo produtor, com intuito de identificar a tipologia e o fluxo informacional do documento produzido.

A gestão documental é composta pelas atividades de: produção de documentos, a partir da padronização de tipos e séries documentais; utilização dos documentos, na qual são realizadas todas as atividades de protocolo e do arquivo, tais como registro, classificação, reprodução e formas de recuperação da informação; destinação dos documentos, na qual inclui a avaliação do documento como meio de estabelecer um prazo de guarda e de destinação final; tramitação, referente ao estudo das instâncias de decisão, padronização e controle do fluxo documental; organização e arquivamento, seguindo um plano de classificação estabelecido; reprodução, referente a duas finalidades, a de preservação do documento ou a de reprodução do documento, a fim de substituí-lo; classificação, na qual recupera o contexto de produção do documento, ou seja, a função e atividade que levou à produção deste; e avaliação, onde é possível identificar valores dos documentos e analisar o ciclo de vida (BERNARDES; DELATORRE, 2008).

A classificação é responsável pelo funcionamento de algumas etapas de sistematização, onde segundo Sousa (2003: 240 apud RODRIGUES, 2006: 110), é entendida como medida crucial dentro da gestão de arquivos, pois “determina e é determinada pelas demais atividades que compõem a Gestão de Documentos”. Rodrigues (2006) aponta que o termo classificação se refere somente aos arquivos correntes, determinando, através de um consenso arquivístico, o termo “arranjo” para a classificação nos arquivos permanentes.

A partir das funções citadas, foram desenvolvidos dois instrumentos que realizam de forma eficaz a gestão documental, sendo o Plano de Classificação de Documentos de Arquivos e a Tabela de Temporalidade de Documentos de Arquivos. Para Bernardes e Delatorre (2008: 10), além de simplificar e racionalizar o processo de gestão, estes instrumentos também garantem “maior agilidade e precisão na recuperação dos documentos e das informações, autorizando a eliminação criteriosa de documentos desprovidos de valor que justifique a sua guarda e a preservação dos documentos de guarda permanente”. Conforme as autoras, o Plano de Classificação corresponde à etapa de classificação e agrupa os arquivos com base no órgão produtor, função, sub função e atividade responsável por sua produção. A Tabela de Temporalidade é caracterizada como instrumento resultante da atividade de avaliação, definindo o prazo de guarda dos documentos e autorizando a exclusão ou recolhimento destes.

O tratamento informacional no âmbito museológico refere-se ao reconhecimento do significado, contexto e função do documento. Segundo Albuquerque (2015), os espaços museológicos desenvolvem normas e padrões que podem mediar as informações do objeto, levando em consideração a interlocução de seu contexto cultural. Conforme a autora, a catalogação envolve o tratamento documental, a partir da investigação dos dados extrínsecos e intrínsecos



do objeto. Define-se estes dados a partir dos apontamentos de Mensch (1989), Ferrez (1994) e Chagas (2014), nos quais afirmam que o documento de museu é composto por propriedades físicas, intrínsecas, e propriedades ao significado e contexto, extrínsecas.

No processo de catalogação, o Tratamento Temático da Informação (TTI) é iniciado na investigação das propriedades físicas do objeto e é direcionado para a investigação do conteúdo, através da pesquisa do histórico e estilo do objeto analisado (ALBUQUERQUE, 2015). Logo, o processo de catalogação busca o tratamento da relação física x relação temática, por intermédio da ficha catalográfica.

No que tange a prática em arquivos como processo que visa à organização, representação e recuperação informacional, e os procedimentos que realizam o tratamento documental, o foco será o processo descritivo dos documentos arquivísticos, a partir das normas nacionais de descrição.

Sousa *et al* (2006) apontam que a aplicação da descrição arquivística geralmente ocorre nos arquivos permanentes. Segundo Hagen (1998), o processo descritivo sofreu uma evolução sobre sua definição, onde, nos primeiros livros que tratam o processo, como, por exemplo, o Manual da Associação dos Arquivistas Holandeses, de 1898, a prática descritiva era apresentada de forma localizada, focando na construção de instrumentos de pesquisa que realizariam o processo técnico.

Nas décadas seguintes, com o intuito de padronizar o processo de descrição, o Conselho Internacional de Arquivos desenvolveu normas de referência que pudessem indicar de forma mais aprofundada as etapas de produção e aplicação desse procedimento. Entre elas, destacam-se a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística – ISAD (G) e a Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias – ISAAR (CPF). Segundo Sousa *et al* (2006), a preocupação com essa normalização da descrição no ambiente arquivístico é recente, datando aproximadamente no final da década de 80.

Os autores apontam que a ISAD (G) foi formulada em 1992, e publicada um ano depois, contendo como objetivo principal a descrição arquivística, seja no todo, seja em partes, de determinado acervo, a partir de estrutura hierárquica, “no qual a descrição é feita em níveis, denominando-se assim estrutura multinível” (SOUSA *et al*, 2006: 43), ou seja, é realizada do geral para o particular. A ISAD (G) possui os elementos de descrição caracterizados em Área de Identificação, referente a questões de título, data, dimensão, etc.; Área de Contextualização, referente ao nome do produtor, procedência e histórico; Área de Conteúdo e Estrutura, referente ao âmbito e conteúdo, arranjo, etc.; Área de Condições de Acesso e Uso, referente à condições de mediação, acesso informacional e instrumentos de pesquisa; Áreas de Fontes Relacionadas, referente às notas de publicação e localização de originais e cópias; Áreas de Notas; e Área de Controle de Descrição, no qual é identificado o nome do arquivista.

Já a ISAAR (CPF) é uma norma que objetiva os pontos de acesso da descrição arquivística, lançada em 1996, com uma segunda edição publicada em 2004. A norma tem por objetivo garantir o entendimento dos conceitos e melhorar a prática de gestão de documentos. Encarada como complemento da ISAD (G), a ISAAR (CPF), em sua primeira edição, compreendia somente as áreas de Controle de Autoridade, Informação e Notas (SOUSA *et al*, 2006). Atualmente, em conformidade com a segunda edição, a ISAAR (CPF) estrutura

o registro de autoridade em Área de Identificação, ligada ao tipo de entidade e nome de autoridade; Área de Descrição, ligada ao histórico, local, funções, ocupações e atividades; Área de Relacionamentos, referente aos nomes das entidades, ou indivíduos, relacionados; Área de Controle, relacionada ao identificador do registro de autoridade, etc. Sousa et al (2006) apontam que a ISAAR (CPF) foca na descrição dos produtores do documento, contendo metodologias localizadas presentes também na Biblioteconomia.

No cenário brasileiro, destaca-se a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE). Lançada em 2006, pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), a NOBRADE objetiva estabelecer diretrizes de descrição de documentos arquivísticos no Brasil, compatíveis com as normas da ISAD (G) e ISAAR (CPF), propondo qualidade do trabalho técnico e contribuindo para a “economia de recursos aplicados, e para a otimização das informações recuperadas” (CONARQ, 2006: 10), adequada ao arquivo permanente, mas podendo ser utilizada nos arquivos intermediários e correntes. Contendo 8 áreas de descrição, a NOBRADE estrutura-se de forma semelhante às diretrizes da ISAD (G) e ISAAR (CPF), em Área de Identificação, Área de Contextualização, Área de Conteúdo e Estrutura, Área de Condições de Acesso e Uso, Área de Fontes Relacionadas e Área de Notas. Segundo Carpes e Flores (2014), dentre 28 elementos de descrição, somente sete são obrigatórios: código de referência; título; data; nível de descrição; dimensão e suporte; nome do produtor; condições de acesso.

Em ambos os campos, a descrição possibilita a construção de diferentes instrumentos de pesquisa onde, segundo Sousa et al (2006), tem por objetivo o acesso do usuário aos documentos e coleções. Os instrumentos de pesquisa podem ser identificados como guias, sendo os instrumentos mais populares, que permitem uma visão geral do acervo; inventários, nos quais abrangem o acervo e descrevem a composição do fundo arquivístico; catálogos, onde são incluídos todos os documentos pertencentes a diversos fundos e agrupa pelo mesmo assunto; repertórios, nos quais apresentam descrições minuciosas sobre documentos mais específicos ou de grande importância; índices, referentes ao agrupamento de descritores, termos ou palavras-chave, que complementam os catálogos; e tabela de equivalência ou concordância, onde acompanham a evolução terminológica dos arquivos (SOUSA et al, 2006: 44-45).

O processo de descrição no âmbito museológico busca atender as características físicas e de conteúdo do objeto, resultando na construção de terminologias e resumos, denominados como “descrição do objeto”, que representam o documento. Na Museologia, a norma padrão para a formulação de procedimentos descritivos e construção de metadados é a do Comitê Internacional de Documentação (CIDOC), do ICOM, intitulada como Declaração de Princípios de Documentação em Museu e Diretrizes Internacionais de Informação sobre Objetos de Museus: Categorias de Informação do Comitê Internacional de Documentação. Publicada no Brasil em 2014, em parceria com o Museu da Imigração do Estado de São Paulo e a Pinacoteca do Estado de São Paulo, a norma objetiva orientar os espaços museológicos “no desenvolvimento de suas políticas de gestão de documentação e acervo” (CIDOC, 2014: 19).

Para atender ao registro das matrizes do documento museológico, a diretriz contém 22 grupos de informação, sendo os principais referentes à identificação, conservação, fotografia, aquisição, medição, assunto representado, etc. Entretanto, parte dos espaços museológicos não utilizam a diretriz do CIDOC,

resultando na criação das próprias sugestões de descrição ou utilização de diretrizes de outras bibliografias do núcleo, como a obra de Cândido (2006), intitulada “Documentação Museológica”, presente no Caderno de Diretrizes Museológicas. Na obra, a autora indica os procedimentos de descrição por intermédio da ficha catalográfica, possibilitando construir um panorama informacional do documento registrado.

Em relação ao armazenamento de documentos arquivísticos em formato digital, destacam-se os Repositórios Arquivísticos Digitais como elementos da preservação e descrição de documentos e do fluxo informacional. Para Santos e Flores (2015), os repositórios digitais são ambientes autênticos que permitem a preservação a longo prazo, a partir de ferramentas para implementação de estratégias e a aplicação de metadados, nos quais os autores complementam que estes metadados, dentro do ambiente do repositório virtual, podem ser preservados junto aos documentos digitais. Nas Diretrizes para a Implementação de Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis, o repositório digital é definido como “ambiente de armazenamento e gerenciamento de materiais digitais” (CONARQ, 2015: 09), e o repositório arquivístico digital é entendido como um ambiente que armazena e gerencia os documentos em fase corrente, intermediária e permanente.

Nesse ambiente digital, destaca-se, como repositório arquivístico, o software *Acess To Memory* (AToM) como principal ferramenta de descrição de documentos arquivísticos. Anteriormente tratado como Ica-AToM, ligado ao Conselho Internacional de Arquivos (CIA), o repositório é um software livre utilizado para descrição de documentos a partir das normas da ISAD (G) e da ISAAR (CPF). Segundo Lima e Flores (2016), o software era encarado apenas como instrumento de descrição, todavia, sua funcionalidade atual corresponde as funções de acesso e uso informacional. O AToM pode ser considerado como uma “plataforma de acesso e difusão das informações custodiadas pelas instituições públicas, servindo como meio de possibilitar o acesso dos documentos públicos à sociedade, como determina a Lei de Acesso à Informação” (LIMA; FLORES, 2016: 221). Por conter opções para a customização de metadados, o AToM abre margem para construção de instrumentos documentários por intermédio de suas ferramentas. Para Batista (2018: 155), o AToM tem “possibilitado o registro informacional dos objetos, de forma eficiente e eficaz, ao considerar as limitações existentes na instituição, na situação do acervo e a falta de recursos”.

Os metadados são elementos utilizados para a descrição e gestão de documentos no ambiente eletrônico/digital. Lucca, Charão e Stein (2006) apresentam a definição de metadados da Dublin Core Metadata Initiative, configurados como conjuntos de dados estruturados, que captam elementos de determinado documento, permitindo identificar o modo de descrição, uso e preservação. Para Sayão (2010), os metadados podem ser identificados em três categorias: descritivos, estruturais e administrativos. Para esta pesquisa, os metadados descritivos são o foco para o desenvolvimento da proposta de reestruturação do instrumento documentário. Segundo o autor, os metadados descritivos são definidos como a face mais conhecida dos metadados, nos quais descrevem um recurso com o objetivo de descoberta e identificação, incluindo elementos referentes ao título, autor, palavras-chave, resumo, etc.

No cenário museológico, ainda não é popularizado um repositório virtual e metadados que refletem as diretrizes internacionais do CIDOC, tal como é o caso do AToM e do ICA. Segundo Lima, Santos e Segundo (2016: 67), neste



contexto, “os museus, em sua maioria, ainda não utilizam normas e padrões de metadados que possibilitem uma melhora no acesso da informação pelo usuário nem a interoperabilidade entre sistemas de museus internacionais”. No entanto, existem opções de softwares que realizam a gestão dos acervos museológicos, como o Tainacan, que customiza metadados descritivos a partir das necessidades dos espaços museológicos.

O software livre Tainacan é uma ferramenta de gestão museológica que busca organizar, mediar e assegurar o conjunto informacional ligado a um museu ou coleção pública ou particular, atuando como um plugin no WordPress que colabora para publicação de informações de objetos e acervos museológicos no ciberespaço. O software também funciona como uma plataforma profissional para formação de um repositório digital, possibilitando a criação e personalização livre de metadados para o registro de itens e coleções, construindo uma rede virtual de acervos digitais e se popularizando entre instituições museológicas públicas (MARTINS; CARMO; GERMANI, 2018)

Conforme Martins, Carmo e Germani (2018: 144), o Tainacan está agregado ao Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) desde 2015, no qual tem por objetivo “facilitar a publicação de acervos digitais em rede das instituições de cultura, sobretudo dos museus”. Para Castro Maia (2018), o software possibilita uma hiperconectividade entre espaços e acervos museais, tornando a participação do usuário ativa no processo. Martins et al. (2017) complementam que o projeto Tainacan possibilita o link entre usuários de redes sociais e a rede museal ampliando “o grau de participação social de usuários do repositório em atividades de sua gestão e manutenção, se tornando uma referência na perspectiva da cultura digital para o mundo dos repositórios digitais” (MARTINS et al., 2017: 07).

### **A descrição no Museu do Instituto Histórico e Geográfico do Pará**

Parte integrante do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP), o Museu do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (MIHGP) é um espaço museológico que abriga acervos referentes a variados contextos históricos brasileiros e paraenses. O museu, junto à sede do IHGP, está localizado no prédio histórico denominado Solar do Barão de Guajará. O edifício se encontra na antiga Tomázia Perdigão, hoje rua D’Aveiro, nº 62, Cidade Velha, em frente à Praça D. Pedro II, integrando o leque de prédios tombados que compõem o Centro Histórico de Belém – Pa.

O acervo do Museu foi formado por doações de sócios ou pessoas ligadas ao IHGP, e, em momento posterior, adquirido junto à compra do prédio. O acervo é composto por diversas tipologias de peças e objetos, passando por coleções de medalhas, esculturas, armarias e pinacoteca. O Museu contém peças que contribuem para a história da região, chamando atenção para um resguardo do valor da memória e incentivando a pesquisa na instituição. Nos salões do edifício encontram-se diversos mobiliários encomendados pelos antigos proprietários do espaço, além de bustos espalhados pelos corredores do Solar. A reserva técnica é composta por medalhas, espadas e demais armarias, algumas indumentárias e diversos quadros armazenados. A partir de um diagnóstico por parte do Projeto de Documentação, o acervo do MIHGP dividiu-se em cinco diferentes esferas: Numismática e Medalhística, Mobiliário, Armaria, Indumentária e Artes Visuais.

Para a construção de um cenário de proteção e promoção de coleções e acervos residentes, a administração do local desenvolveu uma proposta de salvaguarda objetivando preservar percentagem considerável do acervo da instituição. O processo é um resultado da parceria entre o curso de Bacharelado em Museologia e a direção do MIHGP, ocorrida em 2014 e atualmente em vigência, onde foram formulados métodos de registro das informações das peças e técnicas para a conservação básica dos objetos.

As etapas do tratamento informacional foram elaboradas na esperança de sanar as necessidades de registro das peças. Foram desenvolvidas fichas de arrolamento, fichas de catalogação e rascunhos para um futuro inventário. Foi desenvolvido também um sistema de numeração e técnicas de marcações, com base nos estudos das diferentes tipologias que formam o acervo do Museu. A necessidade desses procedimentos era alta, pois não havia nenhum sistema de registro que auxiliasse na pesquisa das peças. A documentação estava resumida apenas por um levantamento de objetos presente no relatório de 2002-2003, do ex-diretor do Museu, Pedro Roumié. A partir do reconhecimento e quantificação do acervo, foi proposto um arrolamento e, logo após, a idealização de uma ficha de catalogação que buscava detalhes mais específicos sobre as peças, com o intuito de potencializar o setor de pesquisa do MIHGP.

O Sistema de Documentação do MIHGP é um dos resultados do Projeto de Documentação, no qual procurou organizar as informações contidas nas peças do museu, para, posteriormente, serem aproveitadas em futuras exposições. O sistema, assim como todos os instrumentos de pesquisa, é utilizado de forma analógica, com o processo de registro sendo executado à mão e posteriormente passado para o meio virtual. O processo de entrada do objeto e o tratamento documental não são realizados por intermédio do meio eletrônico, somente seus resultados, fichas, registros de posse, etc., são digitalizados.

Integrando o sistema de organização informacional da instituição, a ficha catalográfica do MIHGP foi criada para execução de etapas de descrição e representação do objeto. A ficha de catalogação objetiva abarcar as propriedades presentes nas características de um objeto ou coleção, formulando campos que pudessem suprir todas as necessidades que apareceram nos primeiros processos de registro das coleções da instituição. Hoje, o instrumento de pesquisa está sendo utilizado, como principal foco, na pinacoteca e no acervo de numismática do Museu

Com base no modelo apresentado por Cândido (2006), o instrumento realiza descrição das informações pertencentes aos objetos museológicos, abarcando uma porcentagem considerável de dados. A ficha catalográfica contém 38 metadados descritivos divididos em seis esferas, sendo estas: Identificação do objeto, englobando metadados referentes à descrição da forma e conteúdo do objeto, a atribuição de termos e a classificação; Análise do objeto, referente ao registro das dimensões estilísticas, históricas e iconográficas; Conservação do objeto, incluindo campos a respeito do diagnóstico, restauração, reconhecimento de pragas e demais intervenções; Notas, referente ao reconhecimento de publicações e exposições que envolvem o objeto; Dados de Preenchimento, trata a identificação do documentalista que realizou a descrição, registrando o nome e a data da descrição; Reprodução Fotográfica, última esfera que engloba os dados pictóricos do objeto, a fotografia e o fotógrafo responsável.

Inicialmente o instrumento atingiu um nível satisfatório de registro a partir de seus trinta e oito campos específicos. Contudo, não era constatado

que a ficha de catalogação era capaz de registrar e organizar uma porcentagem máxima de dados. Logo, foi necessário formular uma metodologia de avaliação nos anos de 2017 e 2018, na qual permitiu investigar a eficácia do instrumento por meio do trabalho monográfico “Museu e Informação: Uma Proposta de Avaliação da Ficha de Catalogação do Museu do Instituto Histórico e Geográfico do Pará”.

Com a avaliação proposta, foram constatadas problemáticas voltadas à organização e estruturação dos campos da ficha. Foi evidenciado que a ficha de catalogação do MIHGP, apesar dessas ressalvas, possui parcial êxito em sua missão de registrar e organizar as informações referentes aos acervos do Museu. Compreendeu-se que ao executar os procedimentos de registro, o instrumento contribui de forma relativamente eficaz para a otimização do sistema de documentação da instituição museológica. Entretanto, constatou-se que, de acordo com os avaliadores, a ficha catalográfica também apresenta várias problemáticas em seu desempenho, com principal foco na estruturação dos campos. Notou-se que a ficha de catalogação apresenta também lacunas informacionais a respeito da catalogação dos dados da peça. Por fim, foi concluído que, mesmo que este instrumento funcione sem nenhum risco, devem ser aplicadas mudanças para um êxito máximo na operação de descrição das informações das peças.

O processo avaliativo permitiu investigar problemáticas implícitas nos metadados descritivos e no processo de descrição do objeto. A avaliação abriu margem para a observação de outras fragilidades, como a ausência de metadados para a representação temática e a necessidade da construção de um repositório que pudesse armazenar os dados referentes aos objetos do MIHGP.

Foi observado também que em situações de doação no MIHGP, o objeto é adquirido junto a documentos e livros que correspondem à narrativa deste objeto. Estes documentos associados colaboram para a compreensão do objeto museológico doado e suas relações. Com isso, foi denotado que a descrição conjunta destes documentos, como diários, pode potencializar o processo de comunicação e curadoria do objeto doado, permitindo um aprofundamento do contexto, a partir do uso das informações complementares.

## **Metodologia**

Trata-se de uma pesquisa descritiva e experimental, utilizando como abordagem a observação direta. Os procedimentos metodológicos abarcaram a observação da ficha catalográfica, delineando potencialidades e fragilidades; a reestruturação do instrumento de descrição no ambiente virtual Tainacan, utilizando diretrizes de tratamento informacional como a Declaração de Princípios de Documentação em Museus e Diretrizes Internacionais de Informação sobre Objetos de Museus e a Norma Brasileira de Descrição Arquivística; a testagem em um item do museu, ressaltando as diferenças de níveis de descrição entre o instrumento anterior e o atual.

O processo de construção do instrumento documentário buscou suprir necessidades informacionais a partir da utilização de normas, diretrizes e bibliografias que possam otimizar essa ficha. Para tratar a questão de estrutura na ficha catalográfica, foi utilizada a Declaração de Princípios de Documentação em Museus e Diretrizes Internacionais de Informação sobre Objetos de Museus, do Comitê Internacional de Documentação (CIDOC), do ICOM. A utilização da diretriz correspondeu à necessidade de renomear e realocar os metadados

da ficha, assim como inserir campos que possam auxiliar na formação de um panorama informacional referente ao objeto. Para resolver a questão do Tratamento Temático da Informação, o processo de reestruturação da ficha buscou incluir metadados que pudessem indexar termos ligados ao contexto, conteúdo e significância do objeto. Focando nos documentos complementares, tais como artigos e demais documentos, o processo de reestruturação foi atendido pela criação de metadados descritivos que possam representar sua forma e conteúdo, seguindo as diretrizes da Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE).

Este segmento irá indicar as etapas de desenvolvimento de um protótipo de repositório, a partir da resolução das necessidades apresentadas na análise do tratamento da informação. Para isso, o instrumento foi reestruturado em um ambiente digital e customizado no software de gestão museológica Tainacan. A escolha do Tainacan, e não do *Access To Memory (AToM)*, justifica-se pela flexibilidade no processo de customização de metadados e no processo de instalação, oferecendo alternativas que se adequassem melhor ao meio museológico e as demandas desta pesquisa.

Para a execução deste processo de reestruturação no ambiente digital, foram necessários ajustes em problemáticas apresentadas anteriormente, tal como a posição, nomenclatura e ausência de metadados que colaborassem para um amplo registro de um panorama informacional do objeto a ser descrito. A Declaração de Princípios de Documentação em Museus e Diretrizes Internacionais de Informação sobre Objetos de Museus, do Comitê Internacional de Documentação (CIDOC) foi consultada com intuito de auxiliar na customização e criação de novos metadados. A declaração procura definir grupos de informação que direcionem os espaços museológicos na formação de instrumentos de pesquisa para acervos museológicos. O documento apresenta diversos modos de inclusão de metadados que possam se adequar ao status de cada espaço. As diretrizes também ressaltam o processo de documentação como necessário para o acesso, uso, segurança e associação de acervos museológicos (CIDOC, 2014), objetivando a organização informacional deste sob uma mesma diretriz. Os grupos de informação utilizados foram os seguintes: Informação sobre aquisição; Informação sobre o estado de conservação; Informação sobre descrição; Informação sobre a imagem; Informação sobre a instituição; Informação sobre localização; Informação sobre material e técnica; Informação sobre marca e inscrição; Informação sobre associação do objeto.

Todavia, algumas nomenclaturas e metadados formulados nas recomendações apresentadas por Cândido (2006) foram mantidas, tais como os metadados do macrocampo referente à Identificação do objeto, considerando o potencial deste no processo de organização e mediação da informação no ambiente digital do MIHGP, possibilitado pela utilização do Tainacan.

Em relação à consulta da Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), foram utilizadas, para o processo de desenvolvimento do instrumento, diretrizes das seguintes áreas: Área de Identificação; Área de Contextualização; Área de Conteúdo e Estrutura; Área de Condições de Acesso e Uso.

## Processo de construção do instrumento de pesquisa

As necessidades para um novo instrumento de pesquisa configuraram-se em três dimensões: estrutura, referente a localização dos metadados, nomenclatura e presença de campos desnecessários; Tratamento Temático da Informação, ligada à ausência de metadados para a representação temática e indexação de termos que possam representar o conteúdo do objeto museológico; e documentos complementares, como cartas e periódicos relacionados às peças, ligados à necessidade de campos de descrição e catalogação que interliguem as informações com o objeto registrado.

Este instrumento expandirá a atual ficha catalográfica para uma abordagem interdisciplinar, com a implementação de novos campos, a partir de discussões ligadas ao tratamento documental e descrição, nas esferas da Organização e Representação da Informação no âmbito da Arquivologia.

Entretanto, a necessidade deste novo instrumento não corresponde à ausência de métodos e normas na Museologia, pois o campo museológico também contém diretrizes para a construção de instrumentos de pesquisas ligados ao registro dos objetos em museus, levando em consideração as dimensões físicas e de contexto para sua descrição objetiva. Somando-se a isso, a ausência de maior expansão para o tratamento de informações complementares pode acarretar na construção de um panorama informacional incompleto, prejudicando a mediação da informação e a idealização de exposições museológicas. O instrumento documental a ser construído encontra seu potencial na proposta de reunir, sob uma única ferramenta, informações ligadas ao objeto museológico e aos seus documentos relacionados, nos quais serão descritos, classificados e representados com base nas diretrizes de cada tipo documental.

Por possuir diferentes abordagens, algumas noções acerca da missão do instrumento devem ser delineadas. Como já citado, o instrumento desenvolvido buscará descrever, classificar e representar os documentos de primeira instância, ou seja, os objetos museológicos do MIHGP. O foco são as informações do objeto e suas relações, utilizando, como segunda instância, outras tipologias documentais como forma complementar para o entendimento das interfaces entre essas instâncias. São caracterizados, na segunda instância, os documentos arquivísticos, ou seja, publicações relacionadas ao objeto. A partir dessa abordagem, o instrumento reúne informações sobre o objeto em uma primeira perspectiva, desdobrando-se para demais campos informacionais.

A “reconstrução” do instrumento potencializa também a produção de um repositório virtual, contendo informações dos objetos e seus desdobramentos documentais. No ambiente virtual, o instrumento funcionaria como meio de descrição e digitalização dos documentos, direcionando os dados para uma visualização de uma ficha digital contendo informações, imagens e documentos complementares já descritos e representados no objeto.

## Reestruturação da ficha catalográfica no software Tainacan

A ficha catalográfica do Museu do Instituto Histórico e Geográfico do Pará foi reestruturada seguindo as diretrizes de documentação e utilizando o software Tainacan para a customização no ambiente digital. Nesse sentido, o novo instrumento de pesquisa contém metadados que permitem o tratamento informacional, na esfera descritiva e temática, a partir de operações que reali-



zam a investigação da forma e do conteúdo, tal como a inserção de campos que permitem a indexação de termos. A apresentação do processo de reestruturação seguirá os seguintes tópicos, seguindo a organização do instrumento anterior: Identificação do objeto; Análise do objeto; Conservação do objeto; Notas; e Outros dados.

## Identificação do objeto

Tal como especificado por Cândido (2006), a identificação do objeto reúne informações acerca das propriedades físicas e as associações que o item museológico possui. Nesse sentido, foram adicionados e customizados ao instrumento metadados que incluíssem o título, a descrição de marcas e inscrições, a origem, a identificação numérica e demais campos para realização da operação. Neste segmento, foram adicionados os metadados “Nome/sigla da instituição”, seguindo as diretrizes do CIDOC e possibilitando a adição das informações “MIHGP – Museu do Instituto Histórico e Geográfico do Pará”. É possível adicionar mais instituições, caso o objeto seja compartilhado com outro espaço museológico.

Foram mantidos os metadados que permitem o registro do número de inventário e a coleção a qual os objetos pertencem. Ademais, o registro destes é obrigatório dentro do repositório, não permitindo a adição do item à coleção sem um número de registro. O repositório também permite o anexo de documentos referentes ao objeto e as imagens de registros.

O instrumento permite a indexação de um descritor físico, a partir de um termo proveniente da terminologia presente no Plano de Classificação do MIHGP, baseado na obra de Cândido (2006). É permitido também indexar termos ligados à tematicidade do objeto, no metadado “Descritores temáticos” possibilitando a adição de vários termos provenientes de um tesouro ou lista taxonômica registrada no sistema.

A opção de número de inventário anterior também foi adicionada, possibilitando a adição de um número anterior ao atual. Este metadado torna-se opcional, caso o item registrado não possua nenhuma numeração anterior. O metadado de título foi mantido, entretanto, seguindo as diretrizes do CIDOC, foi adicionado um campo complementar denominado “Tipo de título”, no qual este informa se o título é comum, ou seja, apresentado na superfície do objeto ou dado pelo proprietário da peça; ou se o título é taxonômico, no qual este foi empregado pelo próprio museu a partir da terminologia presente no Plano de Classificação, com termos específicos para cada item.

O metadado de Classificação foi mantido, podendo inserir os segmentos presentes no Plano de classificação do MIHGP, ainda a ser incluído no sistema. Os metadados de autoria, dimensões e origem também foram mantidos. A nomenclatura do metadado “Modo de aquisição” foi alterada para “Método de aquisição”, seguindo as diretrizes do CIDOC, no qual este agora contém alternativas para serem selecionadas, sendo estas: Doação, Compra, Troca, Legado, Desconhecido e Coleta de campo. A data de aquisição também pode ser adicionada.

Seguindo as diretrizes do CIDOC, a data de entrada foi incluída com intuito de informar o período em que o item foi entregue ao museu para avaliação pré aquisição. O instrumento também requer que sejam registrados o depositante do objeto e o proprietário atual. Nesse caso, a informação ao ser

registrada pode conter os mesmos nomes. Além disso, o repositório também adiciona a data de produção do item.

No que tange o tratamento descritivo do item museológico a ser adicionado, o repositório contém os metadados de marcas e inscrições, nos quais foram expandidos para a adição de detalhes mais específicos, tais como: Texto de marcas e inscrições, requerendo a adição do texto ou marca presente na superfície do objeto registrado; Descrição de marcas e inscrições, no qual são adicionadas informações acerca das especificidades do texto, tais como cor e demais dados; e Tipo de marcas e inscrições, onde especifica a natureza da marca, como exemplo, assinaturas, carimbos, etc.

O instrumento também contém campos que contemplam as dimensões de marcas e inscrições, onde a técnica de marcas e inscrições também é registrada, seguindo a especificidade presente do objeto museológico, a partir da seleção das seguintes técnicas: entalhada; pintada; impressa; e gravada. O instrumento permite o registro da posição das inscrições do objeto, identificando em que setor estão as informações. Além disso, o instrumento também permite inserir a tradução das marcas, caso sejam inscritas em língua estrangeira.

Dando finalidade ao segmento de identificação do objeto, o campo acerca do estado de conservação foi mantido, contendo as mesmas opções da ficha anterior (bom, regular, ruim e péssimo). O metadado de descrição física do objeto também foi mantido, no qual foi adicionada ao repositório a opção de marcar o tipo de objeto, indicando se este é um holótipo, o único espécime da coleção, ou um parátipo, o objeto que contém um ou mais itens de mesma semelhança e significado. Neste segmento, o campo “Características de material e técnica” foi adicionado, possibilitando especificar os detalhes de produção do objeto.

### **Análise do objeto**

No instrumento de pesquisa anterior, o setor de análise do objeto direcionava o documentalista ao registro do conteúdo, contexto e tematicidade do objeto museológico, ao qual eram incluídas informações acerca da iconografia, estilo e associações sociais e históricas. No processo de reestruturação, a customização dos campos existentes foi necessária para dar continuidade ao tratamento temático da informação, a partir do potencial destes para o direcionamento do processo de construção de resumos que representem o conteúdo do item a ser registrado. A partir das diretrizes do CIDOC acerca do tratamento da informação, referente à associação entre itens e indivíduos ou comunidades, foram adicionados metadados que incluem o registro desses relacionamentos e outras especificidades. Foram mantidos os campos que envolvem o registro de dados históricos, iconográficos e estilísticos. Assim como o instrumento de pesquisa anterior, o documentalista poderá incluir um resumo acerca do conteúdo do objeto, a partir do processo de pesquisa e de Análise Documental.

Os campos formulados na Análise do Objeto seguem as diretrizes do CIDOC, na qual desenvolve uma categoria de informação que aborda associações entre itens museológicos e seus proprietários, atuais ou passados, destacando a função inicial que estes atribuem aos objetos. Foram adicionados ao repositório os seguintes metadados: Nome do grupo/indivíduo associado ao objeto, no qual são adicionados dados acerca do indivíduo ou coletividade que mantinha o objeto; Tipo de associação, onde o documentalista poderá marcar

o tipo de relacionamento da entidade com o item, sendo as opções registradas no sistema de uso, escavação, coleção e criação, podendo ser adicionado mais de um tipo de relacionamento; e Função original, ao qual o documentalista irá registrar a função que o proprietário ou coletividade atribuía ao objeto.

## Conservação do objeto

Os campos de registro de conservação do objeto foram, em sua maioria, mantidos, apenas sendo reorganizados e tendo suas nomenclaturas alteradas. O campo de recomendações foi retirado. Foram adicionados os metadados de data de avaliação da conservação, de data de avaliação do estado de conservação do objeto e o de registro de intervenções anteriores, como restauros e higienizações.

## Notas

Conforme as diretrizes de Cândido (2006), este setor reúne informações ligadas a documentos e valores referentes ao objeto registrado. Para isso, foi necessário não só manter os mesmos campos de registro, como também adicionar diretrizes que pudessem colaborar para a segurança e localização dos itens museológicos. Com base nas recomendações do CIDOC, foram especificados metadados que, no instrumento anterior, registravam estas informações de modo superficial, como a localização do item resguardado, expandido para o registro de informações mais precisas.

Neste macrocampo, o campo referente aos históricos de prêmios foi mantido, conservando a necessidade em registrar o percurso do objeto em salões e mostras. O metadado referente ao valor do seguro também foi mantido. Todavia, a partir das possibilidades do software Tainacan, optou-se, neste repositório, tornar a informação oculta para os usuários, podendo somente ser acessada por funcionários específicos do MIHGP. O campo referente à localização do objeto no museu foi expandido para três novos metadados, sendo estes: Localização atual, no qual deve ser atualizado em tempo real a localização do item dentro do MIHGP, podendo registrar o número da sala ou o andar; Tipo de localização, dando prosseguimento ao campo anterior, onde são marcadas alternativas mais específicas, sendo estas: Reserva técnica, Salão de exposições – 1º andar e Salão de exposições – 2º andar; e Localização usual, ao qual deve ser registrado o local em que o objeto museológico passa mais tempo.

## Outros dados

Neste setor foram mantidos diversos campos do instrumento de pesquisa anterior, nos quais registravam informações ligadas ao nome do documentalista que realizou a descrição do objeto, assim como os dados e datas dos registros fotográficos.

Foram seguidas nomenclaturas encontradas nas diretrizes do CIDOC, ao qual foi possível customizar os metadados no repositório, de modo que sejam registrados dados que complementem o panorama informacional do objeto museológico. Destacam-se os metadados “Dados da imagem” e “Número de referência da imagem”, que possibilitam identificar o formato da imagem anexada no repositório e o número de referência no banco pictórico. A partir dos apontamentos apresentados no decorrer desta pesquisa, notou-se a possi-

bilidade de expandir este setor para um registro de dados adicionais. A investigação abriu margem para a inclusão de outros campos no novo instrumento de pesquisa, nos quais estes permitem acrescentar informações de documentos complementares, como diários, fotografias e relatórios que se relacionam com o objeto descrito. A adição de metadados não só colabora para a confirmação da existência de documentos complementares, como também colabora para um tratamento informacional, em primeiro nível, dos documentos a serem registrados.

Os novos metadados que possibilitam a operação de descrição dos documentos complementares, agora denominados como documentos arquivísticos, têm por base as diretrizes presentes na Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), colaborando para a nomenclatura e função no processo de criação dos campos de descrição do repositório virtual. Os metadados permitem adicionar titulações de documentos, número de referências e produtores.

O segmento informa se o objeto museológico descrito contém algum documento arquivístico complementar. Caso não contenha, o processo de registro do item é finalizado. Caso positivo, o repositório solicita a inclusão de um número de referência do documento arquivístico, proveniente de um sistema de numerais dedicado somente à esfera arquivística do MIHGP. Em prosseguimento, podem ser inclusas as informações acerca da titulação do documento, sua data de produção, dimensões, suporte ao qual está gravado e o nome dos produtores do item.

Em sequência, é possível incluir informações acerca da procedência do documento, identificando a entidade que possuía o documento e contextualizando este, a partir da relação entre o item e o objeto museológico descrito. Podem ser adicionados dados acerca do âmbito do documento, como dados geográficos e históricos, segundo a NOBRADE, e o conteúdo do documento, onde é possível fornecer um resumo de informações relevantes ao usuário. Por fim, o metadado de condição de acesso ao documento permitirá o registro da situação do documento quanto ao acesso, informando se este pode ser de fácil acesso (disponível em rede ou no arquivo do MIHGP, contendo um bom estado de conservação) ou de difícil acesso (indisponível para consultas sem autorização, contendo um péssimo estado de conservação).

Após a construção deste novo instrumento, tornou-se necessário comparar a funcionalidade deste instrumento com a do instrumento anterior, buscando investigar se houve alguma mudança no tratamento da informação dos objetos museológicos do MIHGP.

### **Comparação dos instrumentos de pesquisa**

Para comparar o nível de tratamento da informação entre os instrumentos de pesquisa, selecionou-se um objeto registrado nas duas fichas, permitindo identificar as mudanças nas operações descritivas e temáticas entre os instrumentos. Foi selecionado um item do acervo de numismática e medalhística do MIHGP, com a justificativa do mesmo conter dados consideráveis ligados ao objeto. Nesse sentido, buscou-se levantar os principais pontos que diferem os instrumentos de pesquisa e a execução do tratamento informacional. O objeto selecionado foi a Medalha do Centenário da Revolução Republicana de Pernambuco.

Com base no registro do objeto nos dois instrumentos de pesquisa, notaram-se diferenças relevantes no tratamento informacional. O aspecto principal nesta mudança é a presença de metadados que possibilitam a indexação de termos ligados ao conteúdo do objeto. Anteriormente, a ficha catalográfica, denominada agora como instrumento 1.0 (podendo ser observado no Apêndice 1), não possibilitava a inserção de uma representação temática, contendo somente um campo de inclusão de termo que não se referia a nenhum assunto. Com a construção deste novo instrumento, foi observado que este não só permite a indexação de termos ligados ao assunto do objeto, como também possibilita a inclusão de termos gerais ligados à materialidade do item. Esta alteração se caracteriza pela idealização da operação temática do tratamento informacional, apresentada por Guimarães (2009) e Sousa, Bandeira e Silva (2012), nos quais apontam a representação temática como potencial para um tratamento de conteúdo ideal. Nesse sentido, com esta mudança, o novo instrumento, denominado como instrumento 2.0, atinge uma operação temática eficiente, possibilitando ações que permitam a indexação de terminologias ligadas ao conceito e conteúdo do objeto documento.

O instrumento 1.0 não se aprofundou na questão das associações dos objetos registrados, identificando, de modo simples, somente seus produtores e sua procedência. Para essa questão, o desenvolvimento do instrumento 2.0 (observado no Apêndice 2) buscou expandir a procedência do objeto e incluir metadados que pudessem registrar as associações entre item x usuário, ressaltando a função original e quais eram seus detentores. A questão da segurança e localização do item também foi aprimorada no instrumento 2.0, especificando o local atual e usual do item registrado. O motivo destas alterações corresponde a necessidade em alcançar a operação temática o instrumento 1.0 não continha. Mesmo que o instrumento 1.0 atingisse um regular nível de tematicidade, este ainda continha lacunas referente às associações entre os produtores da informação e os usuários. Seguindo os apontamentos de Guimarães, Ferreira e Freitas (2013), nos quais afirmam que a operação temática do tratamento informacional deve incluir o entendimento da relação entre produtor x informação x usuário, o instrumento 2.0 buscou inserir metadados que permitissem aprofundar a identificação dos indivíduos que compõem esta relação.

Outro ponto que difere os dois instrumentos é o modo de registro sobre a conservação do objeto, no qual o item 1.0 permitia incluir recomendações para o tratamento do objeto, sendo higienização, restauro, descarte, etc. Entretanto, esta recomendação não deve ser sugerida por um documentalista, mas por profissionais especializados na área que determinam quais medidas devem ser tomadas para a conservação do objeto. O campo “Recomendações” foi retirado no instrumento 2.0, a partir da justificativa de que estas informações devem estar presentes em uma Ficha de Conservação e Mapeamento de Danos. No quesito de documentos e referências complementares, o instrumento 1.0 continha campos que incluíam o histórico e publicações referentes ao item. No instrumento 2.0, esse segmento foi expandido, visando construir um panorama informacional completo do objeto, a partir de relações entre este e os documentos que complementam sua trajetória. Nesse sentido, notou-se no instrumento 2.0 a inserção de informações de referência que complementam o assunto do objeto descrito, como titulação e data de produção.



Em resumo, é possível observar a diferença de funcionalidade dos dois instrumentos na Tabela I.

Tabela I - Comparação entre instrumentos de pesquisa

INSTRUMENTO 1.0	INSTRUMENTO 2.0
Atinge níveis satisfatórios de descrição. Entretanto, atende de forma parcial a necessidade de pontos de acesso ao documento;	Atinge níveis satisfatórios de descrição. Expande as possibilidades de pontos de acesso ao documento;
Não especifica a dimensão de representação por termo e contém somente um metadado para esta ação, podendo incluir um termo ligado ao suporte do documento;	Permite a inclusão de descritores ligados ao suporte do objeto;
Não possibilita a relação entre produtor x informação x usuário;	Aprofunda informações do objeto, otimizando o processo de individualização deste;
Não possibilita a indexação de termos ligados ao conteúdo do documento;	Possibilita a inclusão de metadados que direcionam à interpretação da relação entre informação, usuários e produtores;
Permite a inserção de informações complementares, como a inclusão de bibliografias e documentos ligados ao objeto museológico.	Possibilita a inclusão de representações temáticas do conteúdo;
	Expande as possibilidades referentes à inserção de informações complementares, podendo incluir dados de documentos e bibliografias a partir de diretrizes da NOBRADE.

Fonte: Elaborada pelos autores

Com a construção do novo instrumento de pesquisa, o tratamento informacional do Museu do Instituto Histórico e Geográfico do Pará atinge níveis satisfatórios de tratamento informacional, otimizando demais processos e possibilitando a criação de pontos de acesso para usuários.

### Considerações finais

A discussão formulada para esta pesquisa teve por objetivo investigar os limites da Museologia no campo da Ciência da Informação e da Organização do Conhecimento, partindo de uma condensação teórica referente ao tratamento informacional, em dimensões descritivas e temáticas, aplicando-a no âmbito museológico a partir de ferramentas interdisciplinares. À vista disso, ressalta-se o trunfo que este estudo pode trazer a ambos os campos, possibilitando delinear a atuação das operações descritivas e temáticas no tratamento da informação de objetos de museu, delimitando o entendimento da forma e dos níveis conceituais do conteúdo do item museológico. A discussão buscou colaborar na aproximação dos apontamentos do campo museológico junto à esfera teórica da Ciência da Informação, complementando as dimensões e conceitos de documento e tratamento informação e se aprofundando em propostas teórico-metodológicas interdisciplinares, com foco na relação Arquivologia x Museologia.

Este trabalho também pode complementar o campo da Organização da Informação e do Conhecimento, a partir do percurso metodológico para a análise do tratamento informacional proposto, com o uso de níveis teóricos que possam delimitar o grau de excelência de operações descritivas e temáticas na organização e representação de documentos.

A discussão proposta compõe uma série de debates que buscam minimizar as problemáticas que cercam o contexto informacional da instituição museológica apresentada. Esta investigação pode complementar a trajetória do MIHGP referente à necessidade de organização das informações de seus acer-

vos, podendo ser encarada como um dos passos para normas e diretrizes mais eficazes para a representação da informação, como por exemplo, uma política de indexação.

O resultado apresentado não objetiva descartar a ficha catalográfica do MIHGP, mas propor novos parâmetros que possibilitem a evolução e melhor aproveitamento para museus e usuários. Com isso, pretende-se enviar o novo instrumento de pesquisa para a administração do Museu do Instituto Histórico e Geográfico do Pará para avaliação e possível inclusão em seu sistema de documentação. Pretende-se também normalizar os procedimentos metodológicos usados nesse instrumento reformulado, com intuito de oferecer essa opção a outros espaços museológicos.

Objetiva-se posteriormente expandir a aplicabilidade do instrumento proposto, a partir de testes em acervos mistos e avaliações, junto a profissionais, que possam observar o grau de eficiência referente ao tratamento informacional dos objetos em diversas realidades, resultando em uma validação do instrumento de pesquisa.

## Referências

ALBUQUERQUE, A. C. Tratamento temático da informação e a documentação museológica: aspectos e reflexões referentes à classificação. In: XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. 16., 2015, João Pessoa. *Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*. João Pessoa: UFPB, 2015. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/2808/23.%20TRATAMENTO%20TEMÁTICO%20DA%20INFORMAÇÃO.pdf?sequence=1>. Acesso em: 08 abr. 2021.

ARQUIVO NACIONAL. *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro, 2005. 231 p.

BATISTA, Lucinéia da Silva. O redesign do sistema Access to Memory (AtoM) para a curadoria digital de acervos museológicos heterogêneos. In: XIX Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. 2018, Londrina. *Anais do XIX Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*. Londrina: UEL, 2018.

BERNARDES, Ieda Pimenta; DELATORRE, Hilda. *Gestão documental aplicada*. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2008.

CAMPOS, Maria Luiza de Almeida. Indexação e descrição em arquivos: a questão da representação e recuperação de informações. *Arquivo & Administração*, v. 5, p. 17, 2006.

CÂNDIDO, Maria Inez. Documentação Museológica. *Caderno de Diretrizes Museológicas*. 2ª edição. Rio de Janeiro, Iphan, 2006, p. 33-92.

CARPES, Franciele Simon; FLORES, Daniel. Instrumento de descrição arquivística em meio eletrônico: definição do quadro de padrões, normas e metadados. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 19, n. 4, p. 67-80, 2014.

CASTRO MAIA, M. R.. Museus brasileiros e a hiperconectividade: a experiência com a plataforma Tainacan no acesso ao patrimônio Afro-Digital. *Revista Museu*. 2018.

CERAVOLO, Suely Moraes; TÁLAMO, M. F. G. M. Tratamento e organização de informações documentárias em museus. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, v. 10, p. 241-253, 2000.

CHAGAS, M. D. S. Em busca do documento perdido: a problemática da construção teórica na área da documentação. *Cadernos de Sociomuseologia*, n. 2, 1994.

COMITÊ INTERNACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO (CIDOC). CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS (ICOM). *Declaração de princípios de documentação em museus e diretrizes internacionais de informação sobre objetos de museus: categorias de informação do Comitê Internacional de Documentação (CIDOC - ICOM)*. São Paulo : Secretaria de Estado de Cultura de São Paulo: Associação de Amigos do Museu do Café : Pinacoteca do Estado, 2014.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. *ISAAR (CPF): Norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias.. 2. ed., Rio de Janeiro:Arquivo Nacional, 2004.*

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. *ISAD(G): Norma geral internacional de descrição arquivística: segunda edição, adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de setembro de 1999, versão final aprovada pelo CIA. – Rio de Janeiro:Arquivo Nacional, 2000.*

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. *Implementação de Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis – RDC-Arq.* Rio de Janeiro:Arquivo Nacional, 2015.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. *Nobrade: norma brasileira de descrição arquivística.* Rio de Janeiro:Arquivo Nacional, 2006.

DIAS, E.W. Contexto digital e tratamento da informação. *DataGramaZero: Revista de Ciência da Informação*, v. 2, n. 5, p. 1-10, 2001.

FERREZ, Helena Dodd. Documentação museológica: teoria para uma boa prática. In: *CADERNOS de ensaios*, nº 2. Estudos de museologia. Rio de Janeiro, Minc/lphan, 1994.

GUIMARÃES, J. A. C. Abordagens teóricas de tratamento temático da informação (TTI): catalogação de assunto, indexação e análise documental. *Ibersid: revista de sistemas de información y documentación*, v. 3, p. 105-117, 2009. Disponível em: <https://www.iberid.eu/ojs/index.php/iberid/article/view/3730>. Acesso em: 08 abr. 2021.

GUIMARÃES, J. A. C.; FERREIRA, G. M.; FREITAS, M. F. M. Correntes teóricas do tratamento temático da informação: uma análise de domínio da presença da catalogação de assunto e da indexação nos congressos de ISKO-España. In: *Actas del X Congreso de ISKO-España*. 2013. Disponível em: <https://ruc.udc.es/dspace/handle/2183/11647>. Acesso em: 08 abr. 2021.

HAGEN, Acácia Maria Maduro. Algumas considerações a partir do processo de padronização da descrição arquivística. *Ciência da Informação*, v. 27, n. 3, 1998.

LIMA, Eliseu dos Santos; FLORES, Daniel. A utilização do Ica-Atom como plataforma de acesso, difusão e descrição dos documentos arquivísticos de instituições públicas. *Informação & Informação*, v. 21, n. 3, p. 207-227, 2016.

LIMA, Fábio Rogério Batista; SANTOS, Plácida Leopoldina VAC; SEGUNDO, José Eduardo Santarém. Padrão de metadados no domínio museológico. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 21, n. 3, p. 50-69, 2016.

LUCCA, Giana; CHARÃO, Andrea Schwertner; STEIN, Benhur de Oliveira. Metadados para um sistema de gestão eletrônica de documentos arquivísticos. *Arquivística.net*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 70-84, 2006.

MARTINS, D. L.; CARMO, D.; GERMANI, L. B. Museu do índio: estudo de caso do processo de migração e abertura dos dados ligados semânticos do acervo museológico com o software livre tainacan. *Informação & Tecnologia*, v. 5, n. 2, p. 142-162, 2018.

MARTINS, D. L.; SEGUNDO, J. E. S.; SILVA, M. F.; SIQUEIRA, J. Repositório digital com o software livre tainacan: revisão da ferramenta e exemplo de implantação na área cultural com a revista filme cultura. In: XVIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 2017, Marília. *Anais XVIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*. Marília: UNESP, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/105154>. Acesso em: 25 jan. 2020.

MEDEIROS, Nilcéia Lage de; AMARAL, Cléia Márcia Gomes do. A representação do ciclo vital dos documentos: uma discussão sob a ótica da gestão de documentos. *Em Questão*, v. 16, n. 2, p. 297-310, 2010.

MENSCH, Peter Van. El Objeto como Portador de Datos. In: *Cuadernos de Museologia*. Lima, Museo de Arte Popular. 1989, p. 53-62.

NEGREIROS, Leandro Ribeiro; DIAS, Eduardo José Wense. A prática arquivística: os métodos da disciplina e os documentos tradicionais e contemporâneos. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 13, n. 3, p. 2-19, 2008.

OTLET, Paul. *Traité de Documentation: le livre sur le livre*. Bruxelas: Mundaneum, 1934.

RODRIGUES, Ana Marcia Lutterbach. A teoria dos arquivos e a gestão de documentos. *Perspectivas em ciência da informação*, v. 11, n. 1, 2006.

SANTOS, Vanderlei Batista dos. Preservação de documentos arquivísticos digitais. *Ciência da Informação*, v. 41, n. 1, 2012.

SAYÃO, Luís Fernando. Uma outra face dos metadados: informações para a gestão da preservação digital. *Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação*, v. 15, n. 30, p. 1-31, 2010.

SOUSA, Ana Paula de Moura et al. Princípios da descrição arquivística: do suporte convencional ao eletrônico. *Arquivística.net*, v. 2, n. 2, p. 38-51, 2006.

SOUSA, Dulce Elizabeth Lima de; BANDEIRA, Pablo Matias; SILVA, Márcio Bezerra. A representação temática em documentos arquivísticos: o caso da indexação documental realizada pelos alunos de Arquivologia da UFPB. InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação, v. 3, n. 2, p. 124-141, 2012.

STRANSKY, Zbynek Z. *Muséologie*. Introduction aux études, Brno, Université Masaryk, 1995.

TANUS, Gabrielle Francinne; RENAULT, Leonardo Vasconcelos; ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O conceito de documento na Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. RBBD. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, v. 8, n. 2, p. 158-174, 2012.

YASSUDA, Sílvia Nathaly. *Documentação museológica: uma reflexão sobre o tratamento descritivo do objeto no Museu Paulista*. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista.

Recebido em julho de 2021  
Aprovado em fevereiro de 2022